



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – NEAD
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA - NEAD

LEINA MARIEL LIRA FERREIRA
MARCILENE DOS SANTOS GOMES

A FORMAÇÃO DO PIAUÍ COLONIAL

MARCOS PARENTE-PI
2025

**LEINA MARIEL LIRA FERREIRA
MARCILENE DOS SANTOS GOMES**

A FORMAÇÃO DO PIAUÍ COLONIAL

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em História.
Orientador: Prof. Dr. Ronyere Ferreira da Silva.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronyere Ferreira da Silva (Presidente)

Prof. Me. Jordan Bruno Oliveira Ferreira (Avaliador)

Prof. Esp. Albetize de Oliveira Rocha Ribeiro (Avaliadora)

F383f Ferreira, Leina Mariel Lira.

A formação do Piauí colonial / Leina Mariel Lira Ferreira,
Marcilene dos Santos Gomes. - 2025.
39f.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí -
UESPI, Universidade Aberta do Piauí - UAPI, Núcleo de Educação a
Distância - NEAD, Curso de Licenciatura em História, polo de
Marcos Parente - PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Ronyere Ferreira da Silva".

1. Atividade Econômica. 2. Piauí - Colonização. 3. Pecuária. 4.
Povoamento. I. Gomes, Marcilene dos Santos . II. Silva, Ronyere
Ferreira da . III. Título.

CDD 981.22

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
ANA ANGELICA PEREIRA TEIXEIRA (Bibliotecário) CRB-3ª/1217

Eu, Marcilene dos Santos Gomes, dedico este trabalho ao saudoso Raimundo Gomes (meu pai), pois apesar de não estar fisicamente presente, você continua a inspirar cada passo da nossa trajetória e em cada conquista que celebramos.

Eu, Leina Mariel Lira Ferreira, dedico este trabalho a todos que foram minha base e inspiração, meus amados filhos Pablo Ediclécio e Ingryd Maria, que são a minha maior motivação, meu marido José Ediclécio, pelo seu incondicional apoio, meus pais José Lira e Joana Reges, que sempre me diziam: “estude, pois o estudo é a única coisa que ninguém lhe tira”, também a minha colega Marcilene Gomes por nunca ter me deixado desistir grata por ter o privilégio de compartilhar esse caminho longo e difícil com você!

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o fim de uma etapa significativa em nossa vida acadêmica. Expressamos imensa gratidão primeiramente a Deus por nos conceder coragem e força de vontade para superar os desafios dessa longa jornada.

Ao professor orientador Ronyere Ferreira, pelas orientações e sugestões enriquecedoras e por nos guiar com sabedoria durante toda a pesquisa. A nossa tutora presencial, Albetize Oliveira da Rocha Ribeiro, pela paciência dedicação e apoio. Seu cuidado e compromisso fizeram toda a diferença em nossa formação.

A família pelo apoio e compreensão nos momentos considerados difíceis e estressantes durante esse processo. Aos nossos companheiros e filhos um agradecimento especial. Agradecemos pelo apoio, principalmente emocional, pelo incentivo e parceria nos momentos difíceis. Nossa conquista também é de vocês.

Aos colegas de curso que compartilharam experiências e ofereceram suporte ao longo dessa caminhada. Sem cada um de vocês este trabalho não seria possível, obrigado por acreditarem que seríamos capazes de concluir esses quatro longos anos cheios de momentos bons e momentos de superação. A todos a nossa eterna gratidão.

"O sertanejo é, antes de tudo, um forte"
Euclides da Cunha, na obra Os Sertões,
publicada em 1902.

RESUMO

O presente estudo tem como tema central analisar aspectos históricos relacionados ao Piauí colonial, situando-o no contexto de expansão colonial e desenvolvimento econômico. A pesquisa procura entender como se deu o processo de povoamento da capitania, refletindo sobre o contexto histórico de ocupação, os fatores que contribuíram e as atividades econômicas que se destacaram no período colonial e os principais agentes envolvidos nesse processo. Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a formação histórica do Piauí, inserindo-a no contexto de desenvolvimento das atividades econômicas que caracterizaram a povoação da Capitania do Piauí, destacando os fatores que levaram a implementação da pecuária como principal atividade econômica. Os objetivos específicos são: conhecer o processo de formação e povoamento do Piauí; analisar os fatores que levaram a ocupação do interior da colônia, destacando a importância da pecuária para ocupação do interior do Piauí; refletir sobre o processo de criação das primeiras freguesias e vilas no Piauí, apresentando as principais atividades econômicas praticadas no período colonial. O primeiro capítulo apresenta alguns apontamentos sobre a colonização e o povoamento do Piauí, apresentando os principais agentes envolvidos e os fatores que impulsionaram a vinda dos colonizadores. Busca também apresentar a relação entre os colonizadores e os indígenas, bem como o processo de criação das primeiras freguesia e vila na região, destacando a importância da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, da Vila da Mocha. No segundo capítulo, o tema é voltado para o contexto econômico da formação da Capitania, onde a discussão é centrada sobretudo em torno da atividade da pecuária, mas também busca fazer um paralelo com outras atividades econômicas que eram praticadas na província. Quanto a metodologia empregada, foi adotada a pesquisa bibliográfica. Nas considerações finais, ficou perceptível que a colonização do Piauí tem uma relação direta com o processo de expansão da pecuária rumo ao interior do Nordeste, visto que os primeiros núcleos populacionais se originaram a partir de fazendas de gado.

Palavras-chave: Atividade econômica. Colonização. Pecuária. Povoamento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1 O POVOAMENTO DO PIAUÍ	09
1.1 O Sertão de Rodelas e a relação do colono com o indígena.....	14
1.2 As primeiras freguesias e vilas.....	16
2 A ECONOMIA PIAUIENSE.....	24
2.1 A pecuária.....	27
2.2 Agricultura e demais atividades.....	32
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema central o processo de povoamento e desenvolvimento econômico da região que posteriormente se tornou a Capitania do Piauí. Embora a capitania tenha sido criada na primeira metade do século XVIII, as origens do povoamento dessas terras pelos colonizadores remontam ao século XVII, quando as primeiras fazendas foram instaladas na região. A pesquisa procura entender como se deu o processo de povoamento da capitania, refletindo sobre o contexto histórico de ocupação, os fatores que contribuíram e as atividades econômicas que se destacaram no período colonial e os principais agentes envolvidos nesse processo.

Nesse trabalho, propõe-se a refletir sobre o processo de colonização imprimido nas terras que viriam a ser o Brasil, para que seja possível entender de que forma o reflexo desse processo influenciou o povoamento do Piauí, e consequente surgimento de vilas e cidades. É preciso analisar essa trajetória histórica, visto que o modelo de colonização percebido no Piauí surgiu exatamente devido as consequências da administração portuguesa.

Portanto, será abordada a importância da pecuária para o povoamento da região conhecida como Sertão de Rodelas, cuja área, embora fosse habitada por diversos povos indígenas, foi ocupada pelos colonizadores para expansão da pecuária, importante elemento da economia nacional e fonte de alimentação, sobretudo para a região dos engenhos de açúcar.

A pesquisa realiza uma descrição sobre o panorama do surgimento da Capitania de São José do Piauí, no século XVIII, bem como do surgimento da primeira freguesia e vila, descrevendo alguns aspectos marcantes desse processo.

O desenvolvimento da pesquisa é norteado pelo seguinte problema: qual a importância do desenvolvimento da pecuária para o processo de colonização e criação da Capitania de São José do Piauí, e quais os reflexos desse fenômeno para o Piauí durante o período colonial?

Assim, essa pesquisa tem como objetivo geral investigar a formação histórica do Piauí, inserindo-a no contexto de desenvolvimento das atividades econômicas que caracterizaram a povoação da Capitania do Piauí, destacando os fatores que levaram a implementação da pecuária como principal atividade econômica.

Os objetivos específicos são: conhecer o processo de formação e povoamento da capitania de São José do Piauí; analisar os fatores que levaram a ocupação do interior da colônia, destacando a importância da pecuária para ocupação do interior do Piauí; refletir sobre o processo de criação das primeiras freguesias e vilas no Piauí, apresentando as principais atividades econômicas praticadas no período colonial.

A respeito dos aspectos metodológicos, esse trabalho faz uso da pesquisa bibliográfica, na medida em que se baseia em diversos autores que se dedicaram a temática aqui tratada. Entre a bibliografia utilizada, destacam-se livros, artigos e trabalhos de conclusão de curso.

A escolha do tema dessa pesquisa se justifica pelo interesse em conhecer a história do Piauí, bem como em fazer um paralelo entre as atividades econômicas e o contexto histórico de povoamento e colonização do Piauí.

Para fins de organização o trabalho está dividido em capítulos, de acordo com a breve descrição a seguir:

O primeiro capítulo apresenta alguns apontamentos sobre a colonização e o povoamento do Piauí, apresentando os principais agentes envolvidos e os fatores que impulsionaram a vinda dos colonizadores. Busca também apresentar a relação entre os colonizadores e os indígenas, bem como o processo de criação da primeira freguesia e vila na região, destacando a importância da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória e da Vila da Mocha.

No segundo capítulo, o tema é voltado para o contexto econômico da formação da Capitania do Piauí. A discussão é centrada, sobretudo, em torno da atividade da pecuária, mas também busca fazer um paralelo com outras atividades econômicas que eram praticadas na capitania.

Nas considerações finais propõe-se retomar alguns dos aspectos mais pertinentes que foram discutidos ao longo do trabalho.

1 O POVOAMENTO DO PIAUÍ

O Piauí foi uma das últimas regiões do Nordeste a serem ocupadas pelos colonizadores portugueses. Sabe-se que o sertão piauiense já era habitado por povos indígenas de diversas etnias, que possuíam sua própria cultura, costumes e modos de vida. O processo de ocupação do território piauiense foi impulsionado pela busca de novas terras para a criação de gado e pela necessidade de consolidar o domínio português na região. Conforme salienta Lima (2017, p. 42),

Para entender como se deu o processo de ocupação do território Piauiense, assim também do que hoje vem a se chamar nordeste, buscaremos para tal entendimento tecer como base de análise a relação entre três fatores: as guerras contra os gentis, a criação de gado e como resultante dos já mencionados, a necessidade da expansão dos domínios territoriais portugueses.

Esse processo foi um movimento marcado pela violência contra os primeiros habitantes da região e expansão da economia com base na pecuária. No século XVII, as terras piauienses também funcionavam como corredores migratórios de tribos indígenas. Afirma Brandão (1999, p. 42) que,

até a década de 1660, aproximadamente, a região assemelhava-se a um corredor migratório. Os transeuntes estavam preocupados na busca do indígena, na descoberta de minérios e no conhecimento geográfico da área. Por essas razões, nenhum interesse demonstrava em se fixarem definitivamente no local.

Essas terras só começaram a ser colonizadas com a concessão das sesmarias, na segunda metade do século XVII, em decorrência da exploração e conquista de terras. As sesmarias eram lotes de terras distribuídos a indivíduos que as utilizariam para fins produtivos. Para a aquisição das mesmas, bastava notificar a Coroa Portuguesa, órgão responsável por conceder as terras que deveriam ser doadas, seguindo os critérios correspondentes à capacidade de produção. Com a distribuição das terras piauienses, fazendeiros vindos da Bahia e de Pernambuco receberam grandes extensões de terras para expandir suas criações de gado. Com a concessão dessas terras moldou-se a estrutura fundiária da região. O regime de sesmarias foi adotado com o intuito de mediar os conflitos por posses de terras e assim garantir a apropriação das terras e suas riquezas, mas muitas vezes a concessão das terras gerou conflitos e revoltas por parte dos povos indígenas e os mesmos eram forçados a se deslocarem de suas terras. Além

disso, com a resistência, muitos acabaram sendo exterminados ou escravizados devido a instalação dos currais que tomavam o espaço das aldeias.

No século XVII o Piauí era conhecido como “Terra de Ninguém” e as sesmarias eram concedidas por diversas autoridades, devido à falta de legislação que proibia essa prática. As disputas pelas terras piauienses provocaram grandes conflitos com os índios e deram a Casa da Torre a fama de cruel e tirana.

Para pôr fim às questões de terra no Piauí, entre sesmeiros, índios e posseiros, a Corte Portuguesa, em 1774, através de Carta Régia, estabelecia que as terras doadas em sesmarias deveriam medir somente 3 léguas, o que, no entanto, não impediu a formação de extensos latifúndios e a penetração de uma população livre extorquida pelos sesmeiros que lhe obrigavam pagar 10 mil réis por ano pela posse da terra. Somente em 1795, através de um Alvará do rei D. João VI, regularizou-se, de certa forma, o problema das doações, os muitos abusos e a imensa ganância dos sesmeiros. (CASTRO, 2006, p. 9)

A Casa da Torre, fundada pela família Ávila, em 1674 sob o comando de Francisco Dias D'Ávila, a partir de uma expedição militar com a missão de expulsar os índios de suas terras as margens do São Francisco, descobrem que as terras do Piauí estavam disponíveis, além de serem férteis. Então, após a derrota dos índios em 1676, os fazendeiros baianos solicitam a concessão das terras piauiense.

O povoamento do território piauiense possui uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa Torre, instituição fundada e administrada pela família Ávila, da Bahia, cujo principal objetivo era financiar aventureiros, um misto de apesadores de índios e conquistadores de terras destinadas à pecuária, para que eles desbravassem os Sertões. Após chegar as novas terras, os Ávila requeriam-nas através de sesmarias que normalmente abrangiam, cada uma, extensões de 10 a 12 léguas em quadro. Na impossibilidade de ocupar todas elas, com o plantel de gado possuído pela família, repassavam-nas - geralmente em lotes de uma légua - para aqueles rendeiros que se aventurassem a ocupá-las (ALVES, 2003, p. 58).

Assim, expandiu-se os interesses dos pecuaristas na atividade criatória, a qual ganhava cada vez mais espaço, sendo fundamental para a manutenção da agricultura canavieira e a mineração. Porém os povos indígenas discordavam da concessão das sesmarias e entendiam que esse regime foi responsável por provocar guerras contra suas tribos e causou destruição de seus territórios. Apesar dos conflitos, a família Ávila consolidou-se na região, contribuindo para o desenvolvimento da futura capitania.

Mott (1985) destaca que a atividade criatória foi responsável por definir a forma de ocupação do solo e de distribuir os colonizadores por todo o sertão, contribuindo para a colonização e exploração dessas áreas.

Um dos rendeiros da família Ávila era o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense ou Sertão, o qual liderou uma das frentes de penetração nos Sertões do Piauí, tornando-se um dos primeiros colonizadores daquelas terras. No início da década de 1670 instalou-se Mafrense no vale do rio Canindé e dali expandiu-se para metade do que viria a ser o território piauiense, onde funda, principalmente nas margens dos rios Canindé e Piauí, cerca de 30 fazendas de gado, a maioria delas confiadas à administração de vaqueiros (ALVES, 2003, p. 59).

A Domingos Afonso Mafrense fora concedida terras de dimensões extravagantes, o tornando um dos primeiros colonizadores das terras piauienses, onde fundou suas fazendas de gado as margens dos rios Canindé e Piauí, dando início, então, ao processo de povoamento daquelas terras.

Domingos Afonso Sertão e um irmão comandaram expedições organizadas pelo poderoso Francisco Dias D'Ávila, proprietário de um verdadeiro império – a Casa da Torre. A primeira expedição penetrou no interior piauiense no ano de 1674, travando-se violentos combates com os índios Gueguês que povoaram os vales do rio Gurguéia. Os índios, derrotados, foram feitos prisioneiros ou assassinados; as mulheres e crianças, escravizadas. (CASTRO, 2006, p. 8)

Domingos Mafrense foi um dos primeiros sesmeiros do Piauí, tornando-se pioneiro na introdução da criação de gado no Piauí, e suas fazendas integraram a economia local à rede regional do Nordeste. Para suprir as demandas geradas por suas grandes fazendas de gado, Domingos Sertão utilizava de trabalho escravo, com isso ele foi um dos responsáveis por consolidar uma estrutura social, onde os grandes proprietários de terras dominavam economicamente, e os escravos sustentavam a produção.

A família D'Ávila e os Mafrenses foram os primeiros a possuírem o título das terras do Piauí, sendo proprietários de terras com enormes extensões e tornaram-se as pessoas mais poderosas da região. No entanto, é importante destacar que muitas terras foram desbravadas por pessoas que não tiveram o mesmo reconhecimento dos grupos citados anteriormente.

Conforme os primeiros relatos da capitania do Piauí, não se pode atribuir a conquista daquelas terras a um seletivo grupo de desbravadores, associados à Casa da Torre. Na realidade, tal feito é de quase inteira responsabilidade de pessoas anônimas, especialmente arrendatários e vaqueiros que, correndo

riscos de suas vidas, adentram nos sertões em busca de novas terras, as quais posteriormente eram repassadas aos seus tradicionais donatários, ficando em prejuízo os verdadeiros conquistadores. (ALVES, 2003, p. 60)

Devido as péssimas condições de vida nos sertões, muitos proprietários de terras não viviam nas fazendas de gado, deixando a administração das fazendas confiadas aos vaqueiros. Como o caso do bandeirante português Domingos Afonso Mafrense ou Sertão, que possuía grande parte das fazendas de gado no Piauí. Mafrense fixou-se na Bahia, após espalhar fazendas de gado pelo sertão piauiense e arrenda-las ou deixa-las nas mãos de vaqueiros. Poucas eram as fazendas que eram administradas diretamente por seus proprietários (MOTT, 1985, p. 98). Da mesma forma acontecia por todo o sertão nordestino.

Com o falecimento de Sertão em 1711, suas propriedades ficaram sob a administração dos jesuítas e mais tarde foram confiscadas pela Coroa Portuguesa e passaram a ser chamadas de Fazendas do Real Fisco. De acordo com Lima (2007), Domingos Sertão contribuiu particularmente para dois processos históricos no Piauí: a ocupação do território e a inserção do trabalho escravizado na estrutura social em formação.

Nunes (1966) ressalta que a falta de núcleos urbanos não era resultado da falta de povoações, mas resultado da falta de povoadores.

Como havia pouca comunicação naquela época, por consequência da longa distância entre as fazendas, a população piauiense vivia isolada e somente para o trabalho. Segundo Lima (2007), essas grandes distâncias entre as fazendas não eram obstáculos para a economia pastoril, mas sim permitiam que os domínios dos fazendeiros fossem ampliados. Foram constituídos, assim, grandes latifúndios.

A água também teve seu papel de relevância no processo de ocupação das terras do Piauí, foi responsável por direcionar a população aos sertões. A presença da água ao redor das fazendas influenciou a estruturação das atividades humanas. A disponibilidade da água foi crucial para a expansão da pecuária, as terras próximas aos rios permitiram o desenvolvimento da agricultura de subsistência.

Os fatores naturais, em particular a ocorrência da água, tão preciosa neste território semi-árido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana. No São Francisco, nos rios do Piauí, e do alto Maranhão. Intercalam estas regiões mais favorecidas extensos desertos a que somente as vias de comunicação emprestam alguma vida. [...] As “cacimbas” (poços d'água) congregam quase todo o resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais as secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o

povoamento se adensa. “Olho d'água” é uma designação que aparece freqüentemente na toponímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente (PRADO JR, 1985, p.67).

O Rio Parnaíba serviu de via para a entrada dos colonizadores na região, outros rios como Poti, o Canindé e o Gurgueia tiveram seu papel de influência. Boa parte do povo optava por residir nas proximidades dos cursos fluviais, ali instalavam suas fazendas e montavam os currais o mais próximo possível da água, assim facilitando o trabalho com o gado.

Lima (2007) enfatiza que o interesse dos ocupadores na criação de gado, sustentava-se na comercialização dos animais; e para tanto dependiam do espaço adequado à sistemática ampliação da produção. Portanto, sem acesso a extensas áreas não seria possível aumentar a produção de gado, comprometendo então a atividade econômica.

O caráter ruralista da sociedade piauiense predominou durante os anos setecentistas, vez que os moradores se achavam dispersos pelos latifúndios, sem núcleo demográfico de grande importância. Esse quadro, além de favorecer a consolidação do poderio dos grandes senhores, dificultava a administração da justiça e arrecadação dos impostos. Tornando-se então necessária a centralização do poder político-administrativo e a formação de centros urbanos. (BRANDÃO, 1999, p. 94)

A autora ressalta que a grande concentração de poder nas mãos dos senhores rurais desenvolveu obstáculos consideráveis para administração da região. A escassez de centros urbanos impedia uma governança eficiente e dificultava a aplicação de leis e políticas fiscais. Diante disso, viu-se a necessidade de centralizar o poder administrativo e estimular a formação de centros urbanos. A criação de vilas e cidades, além de facilitar a administração pública, também promoveria um desenvolvimento mais equilibrado e integrado, permitindo que a região superasse a estrutura fragmentada e ruralista que predominava até então. Esse processo era visto como uma solução para promover um crescimento ordenado e sustentável, além de fortalecer a presença do estado na região.

Os proprietários de terras formavam a camada mais valorizada da sociedade e o valor das fazendas eram medidos pela quantidade de bezerros nascidos anualmente. Em contrapartida, os funcionários das fazendas, vaqueiros, escravos e agregados, faziam parte da sociedade que não possuíam propriedades, e o único acesso as fazendas era através da sua mão de obra, e esses trabalhadores sofriam as violências e abusos do sistema escravista daquela época, provocados por seus patrões.

O povoamento do Piauí foi um processo complexo devido as diversas influências e eventos históricos que contribuíram para sua formação. A região sertaneja enfrentou diversos desafios, no entanto, também houve conquistas importantes em decorrência do desenvolvimento econômico por meio da pecuária.

1.1 O Sertão de Rodelas e a relação do colono com o indígena

A região que posteriormente viria a ser o Piauí era conhecida, antes da sua povoação pelos colonos, como Sertão de Rodelas. Essa região ainda era pouco conhecida até fins do século XVII, quando se tinham poucas informações, oriundas de relatos de índios, escritos de cronistas ou religiosos. Muitas vezes esses relatos eram caracterizados por narrativas fantasiosas, que podiam apresentar desde muitas riquezas minerais até atos bárbaros realizados por selvagens. De acordo com relatos da época, a região era habitada pelos índios Tapuias, um grupo de etnias que resistiam ao processo de colonização portuguesa (ARRAES, 2016).

Até fins do século XVII, a região possuía limites imprecisos, e já era demonstrada por parte das autoridades de Pernambuco o interesse em povoar e explorar as riquezas do lugar, como relatam o bispo D. Frei Francisco de Lima e o governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, em carta de 1697 (ARRAES, 2016).

O Sertão de Rodelas era um território vasto e habitado por muitos povos indígenas como os Amoipiras, Cariris, Orises, Procases, Tocós, Moritises, Sapoias e Paiaias. Além da ocorrência das chamadas guerras justas, em que o governo autorizava o apresamento ou extermínio desses povos, a região se caracterizou pela atividade jesuítica na catequização. Exemplo disso é a atividade do padre Miguel de Carvalho, que arrolou mais de 30 etnias nas áreas dos rios Piauí, Canindé, Parnaíba, Sambito, Itaim e Gurguéia, no ano de 1703 (ARRAES, 2016).

A expansão da colonização brasileira da região litorânea para o sertão piauiense foi um processo marcado por desafios e transformações. Inicialmente, a colonização portuguesa concentrou-se nas áreas litorâneas, onde a produção de açúcar era mais viável e o acesso ao transporte marítimo facilitava o escoamento da produção. Com o esgotamento das terras mais férteis e a busca por novas oportunidades, houve a expansão em direção ao interior, incluindo o sertão piauiense.

Os colonos, ao chegarem nas terras piauienses, não tinham como primeiro objetivo povoar esse território, mas explorar em busca de riquezas, sobretudo ouro e terras férteis. Ao chegarem no Piauí, eles se deparam com os índios que já habitavam nesta região, e com isso,

além dos colonos iniciarem a exploração do território, começaram a catequisar os indígenas, e logo em seguida formar núcleos comerciais e pequenos núcleos de povoados.

Essa expansão enfrentou obstáculos como as condições climáticas mais áridas, a resistência de povos indígenas e a escassez de recursos hídricos.

Com o advento do século XVII, quando a coroa movida por interesses econômicos passará a dar visibilidade para o interior do território brasileiro, teremos novamente o início de uma segunda onda de guerras contra os índios, mas agora de forma mais acentuada e violenta, tendo em vista que estes estavam a atrapalhar a expansão territorial dos domínios portugueses com a ocupação das terras que tornar-se-iam currais destinados a criação de gado, dando-se início ao ciclo da pecuária, em contrapartida, contribuindo para a dizimação em grande parte da população indígena (LIMA, 2017, p. 43).

Para ocupar e explorar o sertão piauiense, os colonizadores portugueses utilizaram estratégias como a criação de fazendas, a exploração de minérios, o cultivo da cana-de-açúcar e a instalação de povoados e vilas. Uma das marcas da ocupação do território do Piauí foi a disseminação da violência contra os povos indígenas (VILHENA, 2016).

A estratégia de montagem de fazendas permitia a posse sobre o território conquistado, assim como a ampliação dos espaços para os animais, cuja criação extensiva impunha a aquisição de terras mais providas de pasto natural e boas fontes de água. Nesse período, o caráter econômico se confundia com a violência e o militarismo da conquista: aqueles que viviam da criação do gado eram vaqueiros e soldados, prontos a guerrear sob pretexto de retaliações. Sob a forma de expedições punitivas, esses homens atravessaram o divisor de águas entre o São Francisco e o Parnaíba, sempre no rastro de seculares caminhos indígenas, até atingirem, na segunda metade do século, o rio Piauí e o rio Canindé, onde fixaram seus rebanhos em terras consideradas férteis (VILHENA, 2016, p. 14).

A colonização do Piauí foi impulsionada pela atuação de bandeirantes, como Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, que se tornaram importantes proprietários de terras na região. As primeiras propriedades rurais surgiram no século XVII, nas margens dos rios Gurguêia, Piauí e Canindé.

A ocupação do estado do Piauí tem se destacado por suas condições climáticas e geográficas. Este estado foi amplamente moldado pela agropecuária, principalmente pela criação de gado. Neste caso, nos tempos coloniais, a pecuária bovina foi considerada como uma das principais fontes de renda, influenciando a dinâmica social e econômica da região.

É importante salientar que, com a exploração do interior piauiense os indígenas que habitavam essas terras eram expulsos ou dizimados.

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses e em especial os padres foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais (FAUSTO, 2002, p. 16).

Destaca-se que, para os povos indígenas, a chegada dos portugueses representou um marco catastrófico, pois teve início um período de expulsão de suas terras, escravidão, catequese e dizimação, através das doenças e das guerras de conquista.

A criação dos currais só passou a ser mais um meio para justificar as crueldades de tratamento contra os povos indígenas da região. Não sendo diferente das outras regiões do Brasil, a eminência do cativo indígena forçava os grupos a fugirem do território. Assim sendo, o processo de colonização do Piauí se daria mediante uma intensa e acentuada política de despovoamento da população nativa (LIMA, 2017, p. 66).

Inclusive, a busca por índios para a catequização ou apresamento para o trabalho escravo foram umas das marcas da ocupação do interior da colônia. De acordo com Dias (2006, p. 419):

Em dois séculos de colonização, os nativos são extintos por uma verdadeira guerra, continua e violenta, comandada por desbravadores do sertão nordestino, paulistas e baianos, “predadores de índios”. As terras foram ocupadas para a implantação de uma economia baseada na criação de gado.

A população indígena no Piauí sofreu um quase completo extermínio devido à colonização. Os nativos, que estavam dispostos a lutar até a morte para proteger suas terras, não conseguiram resistir às agressões de bandeirantes e boiadeiros que se estabeleceram nessa região.

1.2 As primeiras freguesias e vilas

Com a entrada dos bandeirantes e fazendeiros na região que hoje é conhecida como Piauí resultou na fundação das primeiras vilas piauienses. Entretanto, comparando-se a outras regiões da colônia, pode-se dizer que as primeiras povoações e vilas fundadas no território que depois se tornaria a capitania do Piauí, aconteceu de forma tardia. Segundo destaca Alves (2003, p. 62-63):

Somente no final do século XVII surge a primeira povoação no Piauí, a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, elevada à categoria de vila na segunda década do século XVIII. A vila da Mocha, como foi batizada, localizava-se em terras de uma das fazendas de Mafrense, às margens do rio Piauí. É ela que (mais tarde, quando o Piauí torna-se uma capitania autônoma) vai transformar-se na sede do governo, recebendo o nome de Oeiras.

A formação dessas vilas foi essencial para o desenvolvimento do Estado, e foi a partir desse momento que o Piauí se consolidou como um importante centro de produção agrícola e pecuária. Devido ao aumento das fazendas de gado e ao estabelecimento de núcleos populacionais ao longo dos rios nos séculos XVII e XVIII, surgiu as primeiras freguesias, que mais tarde se tornariam vilas e cidades do Piauí, criando a estrutura do território que futuramente se tornaria o Piauí.

As freguesias foram criadas quando as autoridades viram a necessidade de organizar a ocupação territorial e auxiliar no desenvolvimento local. Elas tinham funções religiosas e civis. É importante mencionar que esse processo se deu de forma lenta, sempre com baixa taxa de urbanização, o que se manteve nos primeiros 80 anos logo após a chegada dos primeiros povoadores (ALVES, 2003).

Relatos dessa pequena taxa de urbanização podem ser encontrados em Mott (1965, p. 46), ao citar um trecho escrito por Antônio Luiz Coutinho, em meados do século XVIII, que era vigário da vila da Mocha:

Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila da Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são os oficiais de justiça.

Outra descrição apresentada por Mott (1985. p. 346 - 347) destaca que mesmo a Vila da Mocha, a primeira a ser criada, era constituída por construções bem simples, em se tratando da principal povoação do território:

Serve de câmara umas casas térreas de barro e sobre o que corre litígio. A cadeia é coisa indigníssima, sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e de mais, coisa nenhuma. As casas da cidade, todas são térreas, até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade, verdadeiramente, só goza o nome.

Mesmo a habitação das fazendas não era composta de muitos moradores, principalmente porque o trabalho com o gado dispensava excessiva mão de obra. De acordo com Lima (2017, p. 46), “na maioria das fazendas do Piauí, moravam vaqueiros, os quais tomavam conta das mesmas para seus donos que moravam no litoral, não se acostumando com o clima seco do Piauí, juntamente com escravos negros ou indígenas”. Em outra descrição a pesquisadora complementa que:

Situavam-se as fazendas as margens dos rios, com uma quantidade significativamente pequena de moradores, contando pelo menos na maioria das vezes com um morador, homem branco com um negro escravo ou em poucos casos um homem negro tomando conta das fazendas de seu senhor, portando um escravo, ou em outros casos, encontrava-se apenas um homem branco morando sozinho (LIMA, 2017, p. 50-51).

Brandão (1999) comenta a respeito do surgimento das freguesias e esclarece que esse processo foi deliberado, planejado e impulsionado por ordens vindas diretamente de Lisboa, e até mesmo suas localizações foram decididas pelas autoridades. Nesse contexto, o governo enfrentou dificuldades para atrair os moradores para essas vilas recém criadas, devido a falta de interesse da população. As autoridades de Lisboa possuíam poder limitado em relação a influencia sobre as decisões dos habitantes locais. A resistência em se transferir para as novas vilas evidencia a dificuldade do processo de urbanização e a forte ligação da população com a vida rural e suas tradições.

Até o ano de 1696, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó era a única povoação inserida no Sertão de Rodelas que estava oficializada pela Coroa portuguesa. A partir dessa paróquia derivou-se “a primeira igreja matriz dos seus sertões dedicada à Nossa Senhora da Vitória, núcleo embrionário da futura vila da Mocha e cidade de Oeiras do Piauí” (ARRAES, 2016, p. 261). O surgimento dessa Igreja foi um passo importante para a povoação da região, pois a partir dela começou a ser formado um núcleo populacional.

No final do século XVII foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória localizada em uma das propriedades de Domingos Afonso Mafrense, no intuito de promover o desenvolvimento do território piauiense, e facilitar a administração da região. Logo foi ordenado que erguessem um templo em homenagem a Nossa Senhora da Vitória. Para que a igreja fosse construída, foi realizada uma votação para a escolha do local exato.

Todavia, para que desse início a construção da igreja de Nossa senhora do Piauí, o P. Miguel realizou uma votação para que fosse escolhida a localização da referida igreja. Participaram da votação: Miguel de Carvalho, Joseph

Garcia, Antônio da Cunha Sotto Mayor, Francisco Bezerra Correa, João Alz. de Oliveira, Francisco Machado, Cristovão de Britto de S. Paijo, Antonio Soares Touguia, Francisco Cardoso da Roza, Pedro Nunes Pinheiro, Padre Alz dolivro, Antonio Dantes de Azevedo, Francisco Dias de Siqueira e Antonio Nunnes Barreto.

Com base na votação a igreja da nova freguesia ficaria localizada na Mocha, devido a sua localização geográfica e espacial, propícia para o desenvolvimento das populações aos seus arredores, assim também por facilitar acesso aos principais rios e riachos e por ficar próximo aos locais já povoados, ou seja, ficaria localizada no cerne da freguesia (LIMA, 2017, p. 44-45).

Portanto, o local escolhido para a construção foi o sitio Brejo da Mocha, por ser em um local acessível, plano e próximo aos cursos fluviais.

A criação de freguesias ou paróquias pelo sertão correspondente ao bispo de Pernambuco foi uma estratégia adotada pela coroa portuguesa no sentido de facilitar a administração da região (ARRAES, 2016). A freguesia De Nossa Senhora da Vitória tinha o papel central organizar questões sociais e religiosas da região. Com isso, essa freguesia teve grande colaboração, no sentido da formação da identidade local, sendo um ponto de referência para as pessoas. É importante destacar que a coroa portuguesa atuava como chefe da Igreja Católica, conforme explica Arraes (2016):

A autoridade papal tornou-se relativamente menor na colônia diante dos poderes concedidos ao monarca como chefe da Igreja. A função da Santa Sé limitava-se a confirmar as nomeações de cargos, funções e circunscrições eclesiásticas requisitadas pela Coroa. Nenhum clérigo poderia sair do reino sem autorização régia e juramento de fidelidade ao rei. Em contrapartida, ao rei cabia a arrecadação dos dízimos, a seleção de arcebispos, bispos, cônegos e vigários colados. Incluía-se, ainda, a criação de novos arcebispados, bispados, prelazias e freguesias com suas respectivas circunscrições e zelar pela construção e conservação dos edifícios do culto divino como igrejas, capelas reais, conventos e palácios dos bispos. Dessa forma, o reordenamento do território eclesiástico brasileiro, em suas variadas escalas, era expediente régio e acompanhou intimamente os seus interesses geopolíticos e econômicos (ARRAES, 2016, p. 261-262).

A freguesia de Nossa Senhora da Vitória foi estabelecida através da catequização e colonização do território piauiense, no século XVII. A principal finalidade dos colonizadores em relação a freguesia era a organização populacional e a instituição da fé católica na região. Após ser fundada oficialmente, foi construída uma igreja e a nomeação de um sacerdote para comandar esta comunidade. Para a escolha do local para a construção da Igreja, foram ouvidos os moradores locais, como já mencionado.

D. Frei Francisco de Lima ordenou o padre Miguel de Carvalho para congregar os moradores a fim de escolherem um sítio adequado para o templo de Nossa Senhora da Vitória. [...] O brejo da Mocha foi o local selecionado para a edificação do templo católico. Era um sítio “conveniente”, ou seja, acessível por estar “no meio della [igreja] com iguais distâncias, e caminhos”, demandando deslocamentos mais curtos da população estruturada por cerca de 605 pessoas, entre índios, brancos, negros escravos e mestiços, distribuídas em 129 sedes de fazendas de gado vacum e cavalar. Conveniente, também, no sentido de “decente”³¹, um lugar plano e nas proximidades de cursos fluviais (ARRAES, 2016, p. 263).

O templo era liderado pelo padre Tomé de Carvalho que além de líder religioso, também era fazendeiro. A freguesia também servia para tratar de assuntos administrativos da comunidade, além de ser símbolo da religião católica no sertão piauiense, tornando-se então o ponto de partida para a organização do território, contribuindo para a formação das primeiras vilas.

A localização e contrução da igreja local foi o ponto essencial para o desenvolvimento econômica e social, processo este que foi de suma importancia para a constituição da Vila da Mocha. O primeiro sacerdote da freguesia foi Tomé de Carvalho, que atuou desde a fundação e construção da pequena igreja (ARRAES, 2016). Algumas características da construção são:

De dimensões reduzidas, com 24 palmos de comprimento por 12 palmos de largura, isto é, um duplo quadrado, a igreja matriz foi contruída com materiais simples “...de taypa, e cuberta de pindoba por ser parte adonde não ha telhas...”, e situada num terreno sacralizado de 100 passos de comprimento por 60 passos de largura (ARRAES, 2016, p. 264).

Percebe-se pelo trecho acima que as construções da época eram feitas com materiais simples, que encontravam na região. Além disso, as dimensões eram pequenas, sobretudo porque a região ainda era pouco povoada e os recursos escassos. No ano de 1728, a igreja passou por uma reforma, com a paredes de taipa sendo substituídas por estruturas de pedra.

Em virtude do desenvolvimento da lavoura e da criação de gado, o povoado se desenvolveu, então Dom João V aprovou a resolução do Conselho Ultramarino em 30 de junho de 1712, convertendo a paróquia de Nossa Senhora da Vitória a vila.

O processo de criação da vila da Mocha teve um ponto de destaque quando, “em 1712, o governador do Maranhão havia sugerido a nomeação de um juiz de fora para o Piauí; entretanto, sua ideia fora recusada pelo rei, que achou ser de melhor conveniência a criação de uma vila no local da freguesia de N. S. da Vitória” (VILHENA, 2016, p. 16). Segundo Arraes (2016, p. 268), “Dom João V aprovou a resolução do Conselho Ultramarino em 30 de junho de

1712, convertendo a paróquia de Nossa Senhora da Vitória a vila, batizando-a de Mocha em referência ao riacho envolvente”. Isso representava a possibilidade de uma representação das forças reais e da autoridade do rei, além de ser uma ferramenta de controle jurídico.

Essa transição ocorreu para consolidar o controle da Coroa Portuguesa sobre o território. Sua instalação só se tornou oficial em 1717, quando Cristóvão da Costa Freire, governador do Maranhão abriu espaço para a Coroa deliberar a fundação da vila (VILHENA, 2016). A partir desse momento, a Vila da Mocha teve o crescimento populacional na região onde estava localizada a Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Com o povoamento, também surgiram novas vazendas de gado, o desenvolvimento da agrecultura, novas formas de economia. Quando houve a penetração de migrantes a procura de novas oportunidades, esse foi o fator que resultou no desenvolvimento desta vila.

Como já mencionado, haviam interesses reais importantes para a criação da Vila da Mocha, pois deveria ser, de acordo com Arraes (2016, p. 269), “a sede ou ‘cabeça’ da comarca, tornando-se o polo político e administrativo ordenador de toda a população das fazendas e sítios, assim como dos índios congregados em aldeamentos missioneiros e convertidos em ‘filhos do rei’”. A vila foi criada com o intuito de organizar a administração local e apoiar a expansão colonial. Assim, foram instalados órgãos para facilitar o trabalho da administração da região, como o Senado da Câmara. E assim, teve seu crescimento impulsionado pela economia pecuária e pelo fortalecimento das estruturas administrativas e religiosas.

A Vila cada vez mais povoada, com o crescimentos de grandes fazendas, e havendo o bom desempenho econômico, em 1761, a vila foi elevada como cidade, nomeada de Oeiras, mas até mesmo após se tornar uma capitania, as terras piauienses eram controladas pela criação de gado, e poucas vilas existentes.

Esse período foi um marco para a organização político-administrativa da capitania, por sua vez criada num contexto bem mais amplo de racionalização dos domínios lusitanos de além-mar. O ministério do Marquês de Pombal, num curto período de tempo, agiu sobre o Piauí como nunca fora feito até então: materializou o projeto de criação da Capitania, confiscou os bens da Companhia de Jesus corporificados em dezenas de fazendas de gado ao longo do território, organizou o corpo burocrático-administrativo e as forças militares, e definiu a criação de vilas e cidades como projeto de institucionalização da ordem sobre um espaço vasto e de difícil administração como era o Piauí na metade do século XVIII. (VILHENA, 2016, p.17).

Assim, a partir da ascensão do Marquês de Pombal no governo português, alguns reflexos puderam ser sentidos na organização da colônia e na então capitania do Piauí.

A Vila da Mocha possui uma história marcada pela disputa entre sesmeiros e posseiros. A vila formou-se a partir da Fazenda Cabrobó. Tratava-se de um povoado pequeno, seus habitantes viviam isolados em suas propriedades, em geral eram fazendeiros criadores de gado vacum e cavalar. Em 1761 a vila tornou-se capital do Piauí e foi elevada a cidade, recebendo o nome de Oeiras e permaneceu assim até 1852.

Além da vila da Mocha, “a pecuária foi responsável, ainda, pelo surgimento de várias freguesias e vilas no Piauí” (ALVES, 2003, p. 71). Isso aconteceu principalmente porque, nos caminhos que eram percorridos pelo gado até os mercados consumidores se formavam assentamentos e locais de repouso, que posteriormente se tornavam povoações.

Muitas delas formaram-se ao longo dos caminhos percorridos pelos tangedores de boiadas, que as levavam para os centros consumidores. Nessas áreas permaneciam alguns moradores, comumente lavradores, que sobreviviam de suas pequenas roças, onde plantavam para subsistência, e os excedentes comercializavam com os viajantes que passavam pelo local. Instalavam-se ali também os prestadores de serviços ao gado e aos seus transportadores, ou às vezes, pequenos fazendeiros que se sustentavam do comércio de reses: compravam aquelas em péssimas condições, estropiadas pelas longas e estafantes viagens, recuperavam-nas e revendiam ou trocavam por outras junto aos que atravessavam os caminhos dos sertões (ALVES, 2003, p. 72).

Como pode-se perceber, nesses pequenos povoamentos eram realizadas atividades econômicas complementares ao trabalho de transporte de gado, que prestavam assistência aos viajantes, ao mesmo tempo em que garantiam meios de subsistência.

As freguesias e vilas do Piauí foram criadas para desempenhar um papel importante na consolidação da administração local facilitando a integração entre as comunidades e a Coroa Portuguesa. A criação dessas vilas marcou a transição de um território ocupado de forma dispersa para uma sociedade estruturada em torno de núcleos urbanos. Portanto, as freguesias garantiram aos moradores dispersos pela caatinga a possibilidade de acesso às formalidades civis com todas as implicações jurídicas e sociais da época.

Esses povoados foram estabelecidos a fim de desempenhar funções administrativas, religiosas e econômicas vitais para a região. A economia das freguesias era amplamente sustentada pelo desenvolvimento da pecuária e agricultura e suas localizações estratégicas permitiam um melhor controle das atividades econômicas e auxiliava na arrecadação de impostos. Além dessas funções, as freguesias também desempenhavam um papel importante na vida religiosa e social das comunidades, servindo como pontos de convergência para a comunidade, fortalecendo os laços sociais e culturais.

Outro ponto importante no desenvolvimento administrativo da região, foi a elevação das freguesias a condição de vila, este processo também foi um incentivo ao desenvolvimento urbano e a centralização do poder político da região.

As vilas foram cruciais para o crescimento das suas respectivas regiões, contribuindo para a formação de uma rede de núcleos urbanos que facilitavam a administração colonial. As vilas de Campo Maior e São João da Parnaíba são exemplos emblemáticos da transformação do Piauí de um território disperso para uma sociedade organizada em torno de centros urbanos.

Sobre a criação da Capitania do Piauí, legalmente, a criação da Capitania de São José do Piauí ocorreu em 1718, um ano após a instalação da Vila da Mocha, sendo considerada uma capitania anexa a do Maranhão (ARRAES, 2016). Entretanto, é importante destacar que não foi apossado um governador nesse período, vindo o primeiro a assumir somente em 1758 (VILHENA, 2016).

Sendo assim quase um século depois de sua descoberta em 1758, o rei D. João determina a criação de aparelho administrativo na capitania, com o intuito de estabelecer a ordem e o controle na mesma, uma vez que, o que se presenciava eram uma grande disputa local entre os sesmeiros e a igreja, e um cenário de violência (LIMA, 2017, p. 66).

Ao longo do século XVIII o Piauí passou por diversas estruturas. Destaca-se as transformações de algumas freguesias em vilas.

A transformação das freguesias em vilas e a vila da Mocha em cidade se deu juntamente na esfera imaterial quando D. José I decretou que se renomeassem as municipalidades “...impondo-lhes os nomes das Villas mais notaveis deste Reyno, ou concervando o das referidas Freguezias no caso, que não sejam barbaros...”[...] O rebatismo significava um “renascimento” não apenas nos espectros simbólico e ideológico, mas seguiram critérios políticos pragmáticos de homenagem precisa, tendo a clara intenção de reafirmar uma geografia essencialmente portuguesa por invocar os concelhos do reino. Assim, Mocha tornou-se a cidade de Oeiras do Piauí em óbvia honra ao Conde de Oeiras, o articulador das políticas de D. José I. As povoações de Santo António do Surubim, Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato e Santo António do Gurguéia converteram-se, respectivamente, em Campo Maior, Marvão e Jerumenha. Em Piracuruca e Aroazes, as autoridades implantaram as vilas de São João de Parnaíba e Valença do Piauí. Parnaguá foi a única vila a manter a nomenclatura original (ARRAES, 2016, p. 283-284).

Entre as razões para essas alterações, a coroa portuguesa pretendia promover o desenvolvimento da região, facilitar a comunicação, diminuindo as distâncias entre os moradores, incentivando a vida urbana e movimentar o comércio.

Ressalta-se que a construção do Piauí se dá a partir de 1758, quando ocorreram as grandes demarcações, durante o governo de D. José I, que proporcionou mais autonomia para a capitania (ARRAES, 2016).

2 A ECONOMIA PIAUIENSE

A ocupação do território que depois viria se tornar a Capitania do Piauí começou no século XVII, com a instalação das primeiras fazendas e de pequenos currais, que foram se expandindo com o passar dos anos (BARBOSA, 2018). Com a colonização do Piauí, os portugueses construíram a base da sociedade nos meios rurais. As primeiras fazendas do Piauí foram instaladas em lugares mais planos e próximos aos rios, pois eram áreas fundamentais para a agricultura e desenvolvimento dessas propriedades.

Desde os seus primórdios foram as fazendas de gado que definiram a forma de ocupação do solo e a distribuição dos colonizadores ao longo do sertão piauiense: já em 1697, apenas um ano após a criação de sua primeira freguesia, contavam-se em 129 o número de fazendas de gados, situadas nas margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d'água limítrofes com as terras dos gentios. (MOTT, 1985, p. 46)

O trabalho nas fazendas era exercido por homens livres, embora alguns autores destacam que os vaqueiros também tenham sido escravizados. O vaqueiro era responsável por administrar as fazendas e manter a ordem no sertão. Era comum que o vaqueiro chefe tivesse alguém, como um escravo, para auxiliá-lo nas tarefas mais pesadas.

Diversos fatores colaboraram para a utilização do escravo negro. A inadaptabilidade do índio ao trabalho sedentário; o fato de que entre os índios o cuidado com as plantações era uma tarefa feminina; sua forte resistência à escravidão, procurando fugir. Em casos extremos, recorriam ao suicídio. O uso do africano se ajustava aos interesses dos colonos, pois era trazido na condição de escravo já adaptado ao trabalho agrícola; o tráfico era benéfico ao governo português, que cobrava impostos sobre a mercadoria importada (SCHNEEBERGER, 2003, p. 60).

O escravo teve seu papel nas fazendas desde a colonização do Piauí, de acordo com Brandão (1999, p. 27), “a formação social do Piauí enquadrou-se naquelas de caráter escravista. Desde os primórdios da colonização do território, os pecuaristas, a exemplo de Domingos Afonso, se utilizaram do trabalho escravo”.

A prática escravista foi desenvolvida por todo o território brasileiro, tendo em vista que antes de “descobrir” o Brasil, esta já era desenvolvida pelos portugueses, sendo a metrópole uma nação escravista. E não ocorreu de forma diferente no Piauí, o qual se inseriu nos padrões coloniais desenvolvidos no restante do País, desenvolvendo suas bases sociais para além da presença indígena, com os negros. Tendo em vista, que desde que Domingos Afonso Sertão, juntamente com os primeiros colonizadores, os quais trouxeram os primeiros gados para o território, trouxeram também os primeiros escravos (LIMA, 2017, p. 32).

A criação de gado era a atividade predominante nas fazendas coloniais, pois a economia era baseada na exploração de atividades apropriadas geograficamente ao clima da região, onde o gado era criado solto nas extensões das terras, enquanto o vaqueiro o acompanhava e garantia que o gado se estabelecia em um local com boa pastagem, para que ali o vaqueiro erguesse um novo curral.

O trabalho mais próprio e gratificante ao homem livre seria o manejo dos animais nos campos, currais e nas boiadas remetidas para os mercados consumidores. O trabalho de montagem e conservação da infraestrutura requerida pelo criatório, o "trabalho pesado", ficaria a cargo dos cativos, afirma Lima (2007).

O trabalho escravo, além de ser utilizado para o manejo, também era útil na mão de obra para cultivar o algodão, arroz e cana-de-açúcar. Além do trabalho pecuário e agrícola, alguns dos escravos, preferencialmente escravas mulheres, realizavam tarefas domésticas como cozinhar, limpar, cuidar dos filhos dos patrões, algumas trabalhavam com artesanato ou indústrias, outras eram forçadas a terem filhos para que se tornassem escravos também, e principalmente, para serem “amas” de leite das crianças brancas filhos de patrões. A escrava cozinheira era obrigada a realizar todos os desejos de seus senhores como fazer doces de diferentes sabores, não deixava faltar carne fresca ou seca, cozida ou assada e farinha. Preparavam bolos, doces de (buriti e leite), coalhada e queijo. Organizava polpas de buriti e imbu, faziam sabão e gordura, carregavam água para cozinhar, beber e para o banho dos patrões, rachavam lenha e ainda alimentavam porcos e carneiros.

O surgimento e evolução da sociedade piauiense não se fez de maneira aleatória, fora dos padrões colonialistas. Se Domingos Afonso Sertão, como afirmou em seu testamento, e os outros colonizadores trouxeram juntamente com o gado, os primeiros escravos para o Piauí, é óbvio que a prática escravista na pecuária vinha de outras regiões. Logo não foi na bacia oriental do Parnaíba que ela adquiriu essa característica (BRANDÃO, 1999, p. 115).

Nesse período os escravos sofriam muitos maus tratos, tanto por excesso de trabalho como por falta de alimentação adequada, pois se alimentavam a base de milho, arroz, feijão, mandioca, e muitas das vezes comiam restos de comida dos patrões, e com isso eles eram bastante afetados por doenças, e por não terem assistência médica a taxa de mortalidade era bem grande.

As moradias eram senzalas, ou seja, alojamentos cobertos de palhas e construídos de barro e taipa, eram locais simples e desconfortáveis, separados das residências de seus patrões. Além disso, haviam punições para os que tentavam fugir, formar quilombos ou desobedeciam às ordens dos senhores. Os castigos eram bem rígidos, eles eram chicoteados, muitos algemados e acorrentados, outros açoitados. Havia também a punição psicológica, onde eram castigados em público para intimidar outros escravos e em seguida, os mesmos eram isolados em pequenas selas com fome e sede.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1933), destacou que o escravo foi sempre visto, e tratado, como um instrumento de trabalho, e como tal punido. A brutalidade e o desprezo pela condição humana do escravo são a base do sistema escravagista.

Nesse sentido, Brandão (1999, p. 159) afirma que, para o controle que se fazia sobre a escravaria piauiense: “[...] percebe-se, entretanto, que o castigo físico era encarado com uma necessidade, não apenas como punido por indisciplina, mas também como medida preventiva, um recurso usado para manter o sistema e a ordem social”.

Mesmo com as condições de vida precárias e excesso de trabalho, os escravos defendiam suas crenças e religião de origem africana, dando espaço ao candomblé e umbanda, adorando espíritos ancestrais. Muitos deles participavam de cerimônias católicas como missas e festas religiosas, enquanto outros mantinham em segredo sua religião, pois em muitas ocasiões o catolicismo servia como forma de controle social.

A mão de obra escrava contribuiu para o desenvolvimento do Piauí, expandindo as plantações e crescimento econômico e agropecuário. Devido a esse crescimento houve a necessidade do aumento da mão de obra escrava, e a partir disso os donos de fazendas passaram a recorrer ao tráfico de escravos para suprir as suas necessidades, nos séculos XVII e XVIII, onde escravos eram vendidos aos europeus ou trocados por mercadorias para serem forçados a trabalhar tanto na Europa como na América. O tráfico foi algo desumano, que durou muito tempo, causando sofrimento para as famílias escravizadas. Embora o Piauí não tenha sido um estado com muita participação no tráfico negreiro, embora tenha tido um grande utilizador de escravos em suas atividades ou plantações.

Naquela época os direitos eram praticamente inexistentes, mas por meio de acordos entre escravos e senhores eles poderiam garantir a sua liberdade com o decorrer do tempo, prestando trabalho e respeito aos seus donos, e comprando a sua carta de alforria.

2.1 A pecuária

A produção açucareira tornou-se a principal atividade econômica da colônia até meados do século XVII, quando foi descoberto e teve início a exploração do ouro. Entretanto, além do açúcar, havia a produção de outros itens, sobretudo destinados a subsistência. Entre eles, destaca-se a criação de gado. O gado, além de ser utilizado na alimentação, era importante força motriz para os engenhos de açúcar. Segundo destacam Teixeira e Hespanhol (2014, p. 27)

A pecuária possui grande importância na economia brasileira e começou a ser desenvolvida no século XVI, na terceira década após o início do processo de colonização. A atividade exerceu forte influência na expansão econômica, destacando-se na pauta das exportações e, também, é importante no abastecimento do mercado interno.

A pecuária foi introduzida na colônia ainda no início do processo de colonização, conforme aponta Adas (1983, p. 240):

Os primeiros bovinos foram introduzidos na Capitania de São Vicente (São Paulo) em 1534, enviados de Portugal por Dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa. Em 1535, Duarte Coelho introduziu os bovinos em Pernambuco; posteriormente outros donatários fizeram o mesmo.

Com o passar do tempo, e necessidade de aumentar a produção de açúcar devido a alta demanda no comércio internacional, perebeu-se que a criação de gado na região dos canaviais era prejudicial, por dois motivos, visto que os animais prejudicavam os canaviais, ao mesmo tempo em que exigiam a destinação de áreas de pastagens que poderiam ser ocupadas pela plantação da cana-de-açúcar.

A pecuária começou a ganhar mais destaque com a importação de algumas reses, que eram utilizadas nos engenhos de açúcar. Mas com o passar do tempo e o aumento dos rebanhos, a atividade começou a prejudicar as fazendas canavieiras. Em 1701, em uma Carta Régia, D. Pedro II decretou a retirada dos rebanhos da parte litorânea para o interior. Os termos dessa carta favoreceram a exploração do território nordestino (BARBOSA, 2018, p.7).

Com o objetivo de resolver esse problema e aumentar a produção de açúcar, o rei de Portugal decreta, em 1701, que era proibido a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral. É importante mencionar que os engenhos estavam localizados, sobretudo nas áreas litorâneas, por onde começou a ocupação do território e porque era mais fácil de embarcar o açúcar nos navios para serem levados até a Europa.

A partir desse momento, os criadores de gado tiveram que buscar novas áreas de pastagens para continuar a sua produção, pois a demanda por gado ainda era grande no mercado interno, pois servia de base da alimentação, sobretudo nos engenhos.

A outra direção que toma a progressão das fazendas de gado depois de atingido o rio São Francisco, é para o Norte. O rio é transposto, e em fins do século XVII começa a ser ocupado o interior do atual Estado do Piauí. As condições naturais já são aí melhores que no setor ocupado anteriormente: pluviosidade mais elevada e melhor distribuída, cursos de água permanentes. Daí também uma forragem natural de melhor qualidade. As fazendas do Piauí tornar-se-ão logo as mais importantes de todo o Nordeste e a maior parte do gado consumido na Bahia provinha delas, embora tivesse de percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminho (PRADO JÚNIOR, 1985, p.66).

Assim, os criadores de gado partem em busca de áreas propícias para a pecuária, partindo de Olinda, inicialmente para o interior de Pernambuco e Paraíba, espalhando-se posteriormente até o Piauí e Maranhão. Da Bahia, os criadores saíram em direção ao vale do Rio São Francisco, que possuía pastagens adequadas para a atividade.

É indiscutível que a pecuária teve seu principal foco de irradiação na Bahia, mais precisamente na cidade de Salvador, centro agrícola fundado em 1549 para abrigar a sede do governo geral. Das cercanias desse núcleo urbano partem os primeiros criadores tocando seus gados e instalando currais¹ rumo ao interior do Brasil, em áreas antes somente habitadas pela população nativa. Esse movimento que, deslocando-se de maneira contínua, atinge o curso médio do rio São Francisco ainda na primeira metade do século XVII, onde foram concedidas sesmarias e instaladas várias fazendas de gado. Dali o povoamento segue em direção às chapadas do Araripe e Mangabeiras. Após transpor esses divisores de água do São Francisco-Parnaíba, chega ao lado oriental da bacia do Parnaíba, onde são instalados os primeiros currais, nos principais afluentes daquele rio. É nessa área que vai constituir-se o território piauiense (ALVES, 2003, p. 57).

Através da expansão da pecuária, tem início a ocupação do que era conhecido como sertão. De acordo com Fonseca (2011, p. 51), “ o termo ‘sertão’, que designa o interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia, pode ser considerado como um dado preexistente

à colonização, ou ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização”. É importante destacar que esse termo era utilizado à época da colonização para se referir aos espaços que estavam localizados longe do litoral, portanto, era o oposto dos locais mais densamente povoados.

A origem do termo “sertão” parece estar intimamente ligada à empresa colonial. o que tudo indica, as primeiras ocorrências da palavra coincidem com o início da expansão ultramarina portuguesa, no século XV. Note-se também que as primeiras definições de dicionários portugueses harmonizam-se com a tendência que prevaleceu durante os dois séculos iniciais da expansão, ou seja, a de priorizar a exploração e a ocupação das partes costeiras das terras conquistadas. Segundo o dicionário de Bluteau, publicado no período 1712-1721, o sertão é uma “região distante do mar”. Definição que será complementada um século mais tarde por Antônio de Moraes ilva: “o interior, o coração das terras; é opp. ao marítimo, praias e costa (...). sertão toma-se por mato longe da costa.” (FONSECA, 2011, p. 52)

Como é mencionado no texto, a empresa colonial portuguesa deu prioridade a ocupação e exploração das áreas litorâneas, delegando o interior da colônia, ou ao sertão, a atividades secundárias, como era vista a pecuária pela coroa portuguesa. Logo, essas atividades vistas como secundárias deveriam ocupar as áreas que estavam distantes do mar, o interior.

A pecuária foi uma atividade primordial para a entrada dos portugueses nas terras piauienses, onde adentraram na região em busca de novas terras para a criação de gado vacum, na qual se destacou como uma das principais atividades da época. Além disso, foi a melhor forma de ocupar economicamente a região, como aponta Lima (2017, p. 29), “a única forma de economia encontrada para ser desenvolvida na região seria a criação de gado. Sendo assim, desde o início de suas instalações as fazendas de gados determinaram a forma de ocupação e distribuição da população na região”. Isso aconteceu devido a ser praticada em regiões quentes e secas como sertões, essenciais para o pastoreio e que requeria menos infraestrutura do que a agricultura.

Isso se deve ao fato de que desde o seu início adquiriu um caráter itinerante, cujo favorecimento pode ser atribuído: a suas próprias características, não necessitando de grandes investimentos de capital e de pessoal para o seu funcionamento; além disso, existiam grandes extensões de terras disponíveis fora da faixa litorânea com excelentes pastagens (ALVES, 2003, p. 56).

A criação de gado supria o mercado interno fornecendo carne, couro e demais derivados onde eram comercializados em outros estados nordestinos, o que fez com que a pecuária fosse a atividade rentável, ou seja, a principal fonte de riqueza adaptada a realidade

geográfica do século. De acordo com Abreu (1969, p. 159), outros fatores que favoreciam a criação de gado em áreas distantes do litoral eram:

O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal sem tranquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício, fornecia alimentação constante superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha [...].

Um dos elementos que mais favorecia a pecuária no Piauí eram as pastagens disponíveis. As terras encontradas pelos vaqueiros permitiam que o gado tivesse comida abundante durante todo o ano.

As pastagens naturais representaram um fator de suma importância para o sucesso da atividade criatória no Piauí. Elas espalhavam-se por vastos domínios daquela capitania, podendo ser consumidas praticamente o ano todo. Neste caso, nas épocas chuvosas mantinha-se o gado nas pastagens localizadas nas proximidades dos principais cursos fluviais, enquanto que nas estiagens, soltava-o nas pastagens das chapadas ou nas dos gerais, como são conhecidos no Piauí os platôs de maior elevação altimétrica. Encontravam-se duas categorias de pastagens: as do agreste e as de capim mimoso (ALVES, 2003, p. 71).

Além disso, as pastagens naturais caracterizam uma excelente qualidade no aumento do rebanho:

Nas fazendas de pastos agreste, 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano, descansam o ano seguinte; nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante succulento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto é, sem interrupção. O que se diz acerca do gado vacum é extensivo ao cavalar (MOTT, 1985, p. 63).

O autor fala o quão importante é a qualidade dos pastos para a reprodução do gado. Em suma, Alves (2003, p. 66-67) destaca alguns fatores que tornavam a pecuária uma atividade propícia a ser desenvolvida no território piauiense:

Destacam-se nas terras piauienses, dentre outras: a) a disponibilidade de terras, que foram repartidas em grandes propriedades, quase todas elas servidas de cursos d'água e pastagens naturais permanentes; b) chuvas mais abundantes e com melhor distribuição; c) as facilidades de instalações das

fazendas para as quais despendiam poucos esforços, não somente de equipamentos, mas também de recursos humanos, na medida em que com um número reduzido de pessoas era possível colocar em funcionamento uma fazenda de criação de gado.

A disponibilidade de terras era um fator importante, visto que a criação de uma grande quantidade de gado exigia muitas pastagens. Por isso os proprietários não queriam abrir mão de seus vastos territórios.

Na ocasião da seca torna necessário movimentar as boiadas em grandes espaços, alternando pastos para que eles consigam achar capim seco e frutas (daí) os grandes proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras (para moradia dos agregados), por considerarem indispensáveis as grandes extensões para atender a criação de seu gado (MOTT, 1965, p. 300).

Diante das particularidades mencionadas anteriormente, a atividade pecuarista, centrada no gado bovino e cavalar, foi preponderante desde a criação das primeiras fazendas e currais até meados do século XVIII. Nesse período, a atividade fez com que a capitania do Piauí se tornasse uma das principais zonas produtoras do país.

O gado produzido no Piauí era enviado para importantes mercados consumidores, como Pernambuco e Bahia, abastecendo as zonas produtoras de açúcar. Como o transporte era lento e realizado através de longas distâncias, o gado era enviado aos mercados consumidores de acordo com a melhor distância entre as áreas produtoras e os mercados consumidores, conforme relatos do início do século XVIII:

Os currais desta parte [...rio de cabaços, o rio de São Miguel, as duas lagoas com o rio do Posto do Calvo, o do Paraíba, o dos cariris, o do Açu, o do Apodi, o de Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piauí] hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos, desde o rio São Francisco até o rio Grande.” Enquanto que “(...) tirando os que acima estão nomeados, desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Parnaguá e rio Preto, porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas jacobinas, por onde passam e descansam (ANTONIL, 1967, p. 308).

Portanto, conforme explicado acima, os rebanhos eram, de uma forma geral, distribuídos de modo que as fazendas que estavam localizadas próximas aos rios Piauí, Canindé,

Médio Parnaíba e Apodi tinham como destino a capitania de Pernambuco e os rebanhos provenientes de regiões mais ao sul da capitania partiam em direção a Bahia.

É importante destacar que o transporte dos rebanhos era uma atividade muito complicada, pois eram percorridas enormes distâncias, com muitas perdas ao longo do caminho.

Outra dificuldade encontrada era a locomoção do gado para vender nas outras regiões, pois devido a não existência de meios para transportar esses animais, os mesmos eram levados a pé para a negociação. O que acabava causando o emagrecimento do animal, e por consequência a baixa no seu valor de mercado (LIMA, 2017, p. 69).

Mesmo assim, os lucros alcançados pelos produtores valiam a pena, devido o valor rentável da mercadoria.

Com o advento do século XVIII, os mercados consumidores tornaram-se mais diversificados, destinando-se também ao norte da colônia, ao Rio de Janeiro e a região das Minas Gerais.

Na metade do século XVIII tal criação começou a entrar em crise. As fazendas responsáveis pelo abastecimento de centros urbanos, com o decorrer do tempo, não estavam mais assegurando tantas demandas por conta do crescimento da população e com isso os fazendeiros precisavam de novos equipamentos para facilitar a mão de obra, mas raros eram os proprietários que investiam nas novas técnicas que beneficiavam a pecuária.

Portanto, esses novos equipamentos envolviam capital e risco, além de terem o difícil acesso a tais técnicas, muitos donos de fazendas resistiam a mudanças levando em conta o costume com métodos tradicionais e menos custosos. Além desses fatores, o Piauí enfrentou longos períodos de seca que afetaram a criação do gado, diminuindo a importância da atividade pecuarista. A concorrência de outras regiões produtoras, como o Rio do Grande do Sul, e o declínio de mercados consumidores importantes, como Minas Gerais e as regiões açucareiras também contribuíam para o declínio da produção.

Desde então, essa atividade lucrativa passou a entrar em declínio, dando oportunidade a novas atividades econômicas, como a agricultura e mineração.

2.2 Agricultura e demais atividades

O desenvolvimento da agricultura de subsistência e outras atividades econômicas na capitania do Piauí acompanhou a tendência de afastar da região litorânea atividades que

ocupassem as terras que poderiam ser utilizadas na produção da cana de açúcar. De acordo com Alves (2003, p. 56):

Devido à crescente ocupação das terras da Zona da Mata nordestina pela agricultura canavieira, praticamente monopolizando-as para a fabricação de açúcar, criou-se a necessidade de se buscar outras áreas para o desenvolvimento daquelas atividades que seriam auxiliares ao funcionamento dos engenhos: gêneros agrícolas alimentares, carne, lenha, couro, animal de tração e de transporte, etc. Tal situação provocou uma expansão portuguesa para além do domínio das unidades de produção de açúcar.

A partir do século XVIII, a agricultura passou a se modificar, com a produção de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e algodão. Embora o Piauí tenha tido a pecuária como relevância, a produção agrícola contribuiu para a economia local e regional, destacando-se entre as capitanias do Nordeste.

A agricultura foi fundamental para a sobrevivência das populações, tanto nas vilas como nas áreas rurais, e as atividades agrícolas eram frutos do uso de mão de obra indígena. Entretanto, é importante mencionar que haviam alguns desafios relacionados a prática dessas atividades, conforme apresenta Mott (1964, p. 46) ao apresentar um trecho escrito por Antônio Luiz Coutinho, em meados do século XVIII, que era vigário da vila da Mocha:

Tem circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos, arrozes, que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enxurradas no tempo do inverno.

Esses desafios mencionados estão relacionados ao clima e disponibilidade hídrica da região, que, segundo relato, havia muito tempo de seca (verão) e muitas enxurradas no inverno, ou seja, fortes chuvas. Como explica Lima (2017, p. 29), “sendo o Piauí um território com más condições climáticas, com falta de chuva, secas intensas, poucos cursos de águas, natureza arenosa e lajeada em grande parte do território, o qual não propiciava condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura”. Logo, embora praticada em menor escala, a agricultura era uma atividade que não conseguia obter grandes destaques, dadas as condições apresentadas.

De acordo, com os relatos do vigário Pe. Coutinho em 1697, uma pequena parcela da população sempre se destinou a atividade agrícola de subsistência, mas esta foi sempre rejeitada e vista com maus olhos pelos colonos, uma vez que, para além dos problemas climáticos e geográficos, os mesmos encaravam a pecuária como uma atividade econômica muito lucrativa, a qual necessitava

de uma grande demanda de mão-de-obra, e desta forma, não se queria que a população tirasse o foco desta (LIMA, 2017, p. 68).

Diante desses desafios e considerando a superioridade da importância da criação do gado bovino, Alves (2003, p. 69), explica que:

Poucos eram aqueles que, no início do povoamento, praticavam a agricultura, atividade considerada secundária pelos piauienses e por muitos desprezada. Acrescenta-se a isso, o fato de que quase não havia terras destinadas ao cultivo, pois aquelas que apresentavam aptidão para tal eram ocupadas inteiramente para a pastagem do gado.

Aqui percebe-se que a questão da terra se torna novamente um empecilho para a realização de atividades de subsistência, visto a tamanha superioridade da atividade pecuária.

Mas, cabe ressaltar que mesmo a atividade de pecuária sendo predominante na região, algumas pequenas localidades as quais encontravam-se brejos, nas margens de rios, em terras úmidas, possuíam uma pequena população destinada a agricultura de subsistências, algo voltado para o consumo local, para suprir as necessidades da vida cotidiana, nada que fosse possível gerar um comércio local, ou de exportação. Ou seja, algo bem reduzido (LIMA, 2017, p. 67-68).

Diante de tamanha disponibilidade de gado bovino, o mesmo tinha um valor agregado muito baixo se comparado a outros produtos de difícil acesso naquele período. Conforme relata um trecho apresentando por Mott (1985, p. 68), podemos perceber que poderia se utilizar, inclusive, o gado como moeda de troca para adquirir outros bens.

Entre 1752-1754, uma arroba de carne de vaca custava no Piauí \$ 200 réis, ou seja, aproximadamente \$ 0,13 réis por quilo. Três ovos de galinha custavam pouco mais do que um quilo de carne, com o valor que se pagava a um queijo flamengo ou a um chapéu muito ordinário, podia-se comprar o equivalente a 73 quilos de carne bovina. Um par de meias de seda ordinária valia o exorbitante preço de 4 \$ 000, ou seja, quase a mesma quantia que se pagaria por dois bois dos mais gordos e mais corpulentos. Por volta de 1764, vemos que pelo preço de uma vaca gorda e grande podia-se comprar 5 galinhas, ou 5 patos, ou 2 perus ou 3 frascos de aguardente comum. Se se tratasse de aguardente de boa qualidade, trocava-se 2 vacas das melhores, por 2 frascos e meio de tal bebida. Dois freios de cavalo ou dois pares de esporas valiam mais do que um boiote. Era preciso o equivalente ao valor de duas vacas das melhores para se mandar fazer uma porta de uma casa, vindo acompanhada de seu portal (batente). Em se tratando da confecção de um vestido, caso o tecido fosse ordinário, o oficial alfaiate cobrava o equivalente a duas vacas; caso fosse um vestido de veludo, ou de seda, aí então seu feitiço representava o tanto quanto valiam 3 vacas das melhores. Um par de botas custava mais do que duas vacas inferiores.

Tal disparidade entre os valores mencionados no trecho acima são explicados pelo fato de que muitos itens eram dificilmente encontrados no comércio piauiense. Por sua vez, o comércio nessa época era limitado, e com a falta de acesso a produtos essenciais, passou a abrir vagas para novas atividades se desenvolverem, como a exploração de recursos minerais e madeira e o cultivo de algodão, goma arábica e a cera de abelha, apesar de que eram pouco consumidas, mas faziam parte da economia local.

Ainda se tratando das atividades comerciais, esse era realizado de maneira precária, se comparado a outras regiões, como explica Alves (2003, p. 72):

Além disso, o comércio dentro da capitania ocorria de maneira precária, as transações comerciais estabelecidas eram em grande parte concretizadas fora dos limites de seu território, vendia-se o gado e compravam-se mercadorias em outros centros, caracterizando, assim, uma dependência do mercado externo.

Assim, tem-se que as atividades comerciais eram limitadas, havendo muita dependência de mercadorias de outras regiões, tendo em vista que não havia uma produção diversificada na capitania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa tem como ponto a formação territorial e econômica da Capitania do Piauí, fato ocorrido durante o período do Brasil Colônia. Durante da construção desse trabalho, foi possível compreender que a pecuária teve um papel fundamental nesse processo.

Ao longo dessa pesquisa foi possível estabelecer uma relação entre a administração colonial portuguesa e a chegada dos primeiros colonizadores ao local que depois se tornou a capitania do Piauí. Ficou evidente que a proibição da pecuária nas áreas litorâneas foi aspecto motivador para que se empreendesse a conquista e povoação do sertão nordestino e outras áreas, onde os criadores de gado se direcionavam em busca de pastagens e fontes de água para seus rebanhos.

Portanto, a pecuária aparece como o principal fator de ocupação e povoamento do sertão piauiense, favorecendo a criação das primeiras fazendas, da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, da Vila da Mocha e da Capitania de São José do Piauí.

É importante destacar que o Sertão de Rodelas, parte da região que depois se tornou a capitania do Piauí e que se destacou pela pecuária bovina, era habitado por muitos povos indígenas, que conseqüentemente foram expulsos de suas terras ou dizimados nas guerras de conquista. Ao mesmo tempo, foi adotado como um dos principais pilares do desenvolvimento econômico da região o trabalho do escravizado de origem africana, sendo empregado no trabalho com o gado, mas também em diversas atividades complementares.

No que diz respeito ao desenvolvimento da pecuária, ao estudar aspectos relacionados a chegada dos primeiros criadores de gado da região, percebeu-se que esses estavam inseridos no contexto dos polos disseminadores, sendo sobretudo Pernambuco e Bahia. Assim, surgiram as primeiras fazendas, que se espalharam continuamente, ao qual se fazia uso do trabalho escravo, e da grande propriedade rural. Logo, o modelo de vida adotado era prioritariamente rural, fazendo com que os núcleos urbanos fossem tímidos nos primeiros 80 anos que se seguiram desde o início do povoado colonial.

Ainda sobre a criação de gado, esta se tornou a principal atividade econômica do Piauí colonial, abastecendo importantes mercados consumidores, como as regiões açucareiras e mineiras, embora tenha entrado em declínio junto com o declínio das regiões mencionadas. No entanto, é importante salientar que a cultura e tradição relacionado ao trabalho com o gado permanecem vivos nas vivências dos sertanejos piauienses.

Além da pecuária, outras atividades complementares foram desenvolvidas no período estudado, embora com menor destaque e voltando-se mais especificamente a subsistência. O comércio era tímido na capitania, haja vista a falta de insumos básicos e a dificuldade de transporte e comunicação.

Na realização desse trabalho, foi possível mergulhar em importante historiografia piauiense, lendo e refletindo sobre estudos clássicos, ao mesmo tempo em que foi possível confrontar informações com outros trabalhos acadêmicos atuais.

De maneira que, para concluir, foi feita uma reflexão sobre diversos pontos relacionados ao Piauí colonial, conhecendo o processo de colonização tardia que moldou o desenvolvimento econômico da região, ao mesmo tempo em que plantou as bases para a cultura e formação do povo piauiense.

Assim, foi possível estabelecer essa conexão valiosa entre as atividades econômicas realizadas e o desenvolvimento da capitania, possibilitando construir uma narrativa histórica mais completa e contextualizada, destacando a interdependência dos fenômenos no desenvolvimento humano e das sociedades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capristano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.
- ADAS, Melhem. *Panorama Geográfico do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1983.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. *As bases históricas da formação territorial piauiense*. Geosul, Florianópolis, v. 18, n.36, p.55-76, jul./dez. 2003.
- ARRAES, Esdras . Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* , v. 24, p. 257-298, 2016.
- BARBOSA, Érica Reis. *Da Fazenda Jatobá à Bela Vista do Piauí: O Processo De Construção Histórica*. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Núcleo de Educação á Distancia – NEAD. Simpício Mendes, 2018.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina - Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.
- CASTRO, Carlos Félix Ferreira. *História do Piauí*. Teresina, 2006.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. *Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial*, In: *História e Historiografia*. Cidade: editora, 2006
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. — 1. ed. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa oficial do Estado, 2002.
- FONSECA, C.D. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 51-81.
- LIMA, Ariani de Oliveira. *Projetos coloniais e administração portuguesa na capitania de São José do Piauí, século XVIII*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí., Picos, 2017.
- LIMA, Solimar Oliveira. O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. *História. Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 7, p. 138-154, 2007.
- MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Vol. 1. Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SCHNEERBERGER, Carlos Alberto. *Minimanual compacto de história Brasil*. — 1. ed.- São Paulo: Rideel, 2003.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto.; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A trajetória da pecuária bovina brasileira. *Caderno Prudentino de Geografia* , v. 1, p. 26-38-38, 2014.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.